

G20

O QUE É E COMO ATUA



eqüit
INSTITUTO

Gênero, Economia e Cidadania Global

O QUE É O G20

O G20, como o seu nome indica, é um grupo formado por 20 países (na verdade 19 países mais a União Europeia) que são atualmente as economias mais estratégicas do planeta, congregando ao mesmo tempo 2/3 da população mundial e mais de 80% da economia e do comércio mundial.

O grupo foi formado a partir da ampliação do G7, que incluía os países industrializados mais ricos – EUA, Alemanha, Japão, Canadá, França, Inglaterra e Itália –, e que passou para G8 depois da incorporação da Rússia.

Os países que compõem o grupo são: Alemanha, África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, EUA, França, Índia, Indonésia, Inglaterra, Itália, Japão, México, Rússia, Turquia e a representação da União Europeia.

O G20 foi criado em seu formato inicial em 1999 por iniciativa de EUA e Canadá dentro do G7, para dar resposta aos países que vivenciavam no final dessa década uma profunda insatisfação com as diretrizes emanadas pelo FMI - Fundo Monetário Internacional diante das crises financeiras primeiro dos “tigres asiáticos” (1997), e depois as crises mexicana (1997) russa (1998) e brasileira (1998) dentre as principais. Inicialmente e por bastante tempo esse G20 financeiro foi uma reunião anual dos Ministros de Finanças e dos Presidentes dos Bancos centrais desses importantes países convidados pelo G8.

Com a crise financeira global que explodiu nos EUA no final de 2008, esse G20 passou a reunir os Presidentes e Chefes de Governo dos países que compunham o grupo, ampliando com isto sua importância.

COMO FUNCIONA O G20

O G20 tem um funcionamento semi-formal, pois não possui institucionalidade e não conta com corpo de funcionários, entre tanto conta com a assessoria de órgãos como o FMI, o BM - Banco Mundial e a OMC (Organização Mundial de Comércio) e inclusive entidades do Sistema ONU como a FAO, OIT, e outras. As definições são tomadas por consenso em reuniões normalmente anuais,

organizadas a partir de presidências rotativas assumidas pelos diversos países que formam o grupo.

BREVE HISTÓRICO

Como mencionado, em 1999 o chamado G20 Financeiro começou como reunião de Ministros de Finanças e Bancos Centrais das maiores economias do mundo. Essas reuniões começaram a acontecer para dar resposta ao descontentamento de vários importantes países, especialmente asiáticos, com as condicionalidades que vinha impondo o FMI diante das crises econômicas que se sucederam nos últimos anos da década de 90 (nos “tigres” asiáticos, na Rússia (crise da vodka), no México (crise da tequila) e que iria alcançar a Argentina em 2001), e também pela importância crescente das economias emergentes.

Em 2008, com a explosão da crise financeira global, que foi comparada pela sua gravidade com a famosa crise dos anos 30 do século passado, foi proposta a realização de uma reunião de Presidentes e Chefes de Governo dos países desse G20 financeiro. A crise surgida nos EUA se espalhou rapidamente, mostrando a dificuldade dos países centrais para superá-la e a necessidade de ampliar e reconhecer a importância econômica e política dos países emergentes, que de fato foram tomando um poder crescente na geopolítica internacional durante a última década – especialmente a China.

Tabela com data e local das reuniões de Cúpula de Presidentes e Chefes de Estado dos países participantes:

Data	Local
Novembro 2010	Seul – Coréia do Sul
Junho 2010	Toronto – Canadá
Setembro 2009	Pittsburgh – EUA
Abril 2009	Londres – Inglaterra
Novembro 2008	Washington – EUA
Novembro 2011	Cannes – França

Formado então por esses 20 países, os industrializados ou centrais e os recentemente denominados “emergentes”, o G20 agora formado por Presidentes e Chefes de Estado tem se auto proclamado o “primeiro fórum para a cooperação econômica global”. Entretanto, é evidente que para tomar definições que afetam ao conjunto das economias, ao G20 faltaria convidar os outros 170 países que formam parte do mundo.

Daí que tenha sido questionada a sua “legitimidade” para tomar decisões sobre as políticas globais, pois ainda que 20 países são mais do que 8... continuam a ser só 20 entre os 192 países do mundo.

Por tanto podemos dizer que se bem o G20 não tem legitimidade pelo escasso número de países que o formam, porém ele tem responsabilidade pela crise e justamente foi uma criação dos países mais ricos como instrumento de resposta a ela.

AGENDA DO G-20

Inicialmente esse G20 formado pelos presidentes e chefes de Governo começou a se reunir dada a gravidade da crise que explodiu em 2008 no setor imobiliário dos EUA, naquela que ficou conhecida como a “bolha imobiliária”. Essa grande “bolha” especulativa que cresceu durante a última década foi um fenômeno americano e também europeu e foi acompanhada por um salto no endividamento das famílias. Quando a bolha estourou, a construção de casas despencou, assim como a produção e o consumo geral, ajudando a aumentar o desemprego. Essas quedas foram provocando um efeito dominó que afetou ao sistema em seu conjunto. A quebra de grandes bancos e logo a seguir de algumas grandes empresas, mostrou a fragilidade do sistema financeiro internacional e as dificuldades dos países centrais para enfrentar a recuperação de suas economias. Assim, surgiram com força às propostas de “retomada de uma intervenção mais ativa dos Estados Nacionais, coordenados nessa ação ou não, que parecia estar dada pela própria crise do capitalismo desregulado, onde as empresas em dificuldades foram as primeiras a requisitar uma intervenção mais ativa do Estado no sentido de garantir sua sobrevivência, e a sobrevivência do sistema”¹.

Neste sentido, o próprio convite aos países emergentes para participação no G20, foi em grande parte motivado pela necessidade de injeção de recur-

¹ Mineiro, Adhemar. “O Brasil e o G20 financeiro”. Oxfam. 2011.

tos ao sistema financeiro dado o alto nível de reservas monetárias² existentes em tais países, que se tornaram imprescindíveis para a recuperação econômica e o salvamento dos bancos em quebra e das empresas falidas.

Com essa entrada dos emergentes foi possível avançar no socorro as entidades financeiras e assim na recomposição do sistema financeiro internacional e também evidenciar a própria necessidade de regulação do sistema financeiro. Assim, a agenda da regulação avançou durante a época mais aguda da crise, especialmente 2009 e inícios de 2010. Inclusive para surpresa de muitos, incluindo temas como a taxação dos fluxos financeiros ou as restrições aos paraísos fiscais, medidas que até permitiam desconfiar dos seus autores. Porém com o tempo o G20 foi abandonando o debate sobre esses temas mais “polêmicos” para acertar elementos básicos de uma regulação que permitisse fundamentalmente diminuir os riscos do sistema que tinha sido abalado pela farrá de dês-regulamentação vivida nas ultimas décadas neoliberais.

Também e especialmente nesses momentos iniciais avançou a recuperação das instituições financeiras multilaterais, em especial o FMI, o BM e o BIRD, entre outros, com a negociação de aumentos nas cotas de participação dos países emergentes nos mecanismos de decisão do banco. Essas cotas

de participação expressam a parcela de poder que possui cada um dos países membros de tais instituições, que assim por fim reconheciam numa medida concreta a importância das economias emergentes.

Por outra parte, e ainda nos piores momentos da crise, o G20 fez uma ampliação da sua agenda, incluindo temas como desemprego, combate à pobreza, negociações climáticas, e “desenvolvimento” numa perspectiva neoliberal (entendendo como crescimento e au-



elroto.elpais@gmail.com

² Reservas monetárias são recursos guardados pelo Banco Central de um país, geralmente em dólares, para ser usados em caso de alguma urgência ou necessidade frente a um ataque especulativo u outro problema em relação a essa economia. São uma espécie de “poupança” ou de “garantia” da solidez de uma economia e muitas vezes quando os países não possuem esse reassseguro, se vêm obrigados a recorrer e negociar com o FMI em ocasiões de emergência. Existe muita polemica em relação ao seu uso para investimento em políticas publicas em vez de ficar guardadas nos casos de países com notáveis carências como os chamados em desenvolvimento.

mento do comercio internacional). “A partir de suas primeiras resoluções, foi também incorporando na agenda de discussão os temas do emprego, do meio ambiente e da crise do padrão energético – em uma perspectiva que, de certo modo, assumia que a crise era sistêmica e multifacetada. Assim, de acordo com o momento, as resoluções do G-20 trataram de forma mais superficial ou mais profunda esses vários temas. Essa perspectiva de uma visão mais abrangente e sistêmica sobre a crise foi se atenuando, senão se apagando, ao longo de 2010 (reuniões de Toronto e Seul)”.



Já na Cúpula de Novembro de 2010 realizada em Coréia do Sul a agenda claramente voltou a empacar pelo tema do comercio e dos desequilíbrios globais provocados pela manipulação do cambio, a chamada “guerra cambial”³ ou guerra de divisas, em especial focalizada entre China e EUA. De fato os EUA já avisaram que não irão continuar a comprar tudo do mundo inteiro permitindo recordes de exportação e saldos comerciais especialmente a China e outros países, à custa do déficit na própria produção e nas suas contas externas, enquanto China continua sem ouvir os apelos para aumentar o valor de sua moeda, argumentando que precisa proteger seu desenvolvimento.

Formalmente em Seul os países se comprometeram a “evitar desvalorizações competitivas de moedas e a fortalecer a cooperação internacional, visando reduzir os desequilíbrios globais”, entretanto esses desequilíbrios comerciais continuam e justamente colaboram a manter empacada a agenda, porque de fato evidenciam os interesses contraditórios. Desacordos estes que já vinham sendo marcados pelos movimentos sociais, em particular em torno à liberalização do comercio mundial e as negociações na OMC, fortemente contestadas e que continuam praticamente paralisadas desde 2003.

Então, de fato o G20 avançou no que poderia avançar, porque era do interesse de todos os países regular minimamente um sistema financeiro desgo-

³ Guerra cambial, o termo refere-se a desvalorizações monetárias competitivas que buscam com que os países que promovem a desvalorização de suas moedas tenham ganhos comerciais em relação aos países que não o fazem, motivando esses outros países a tentarem agir da mesma forma, desencadeando a “guerra” de desvalorizações cambiais entre eles, ou podendo envolver um conjunto maior de países.

vernado e com legislações nacionais desencontradas, que levou a atual crise ao conjunto do sistema, mas que poderia repetir a dose caso fosse deixado ao livre jogo da “bandalheira” dos bancos com seus mercados de derivados e outras engenhocas especulativas. “O respeito às promessas de coordenação internacional não é apenas, nem principalmente, uma questão ética, mas, sim, de eficácia”⁴.

Entretanto, os EUA já aprovaram sua própria nova lei de regulação do sistema financeiro (a Lei Dodd Frank) que cria algumas restrições importantes sobre a atividade financeira ainda que dependa de regulação e supervisão posteriores. Também a União Européia tem avançado nessa discussão apesar de fazê-lo numa perspectiva algo distinta dos EUA, mas sem coordenação internacional como proposto no G20, o que seguramente voltara a criar divergências e atritos no sistema.

Mas agora o G20 se empantanou nos temas e perspectivas de saída da crise, que incluem visões desencontradas para o desenvolvimento das economias, não só do Sul, mas também dos próprios países desenvolvidos que continuam a viver ainda uma forte recessão, aprofundada ao longo de 2011. Existem também fortes divergências nas medidas a serem aplicadas para a superação do desemprego e da depressão das economias européias, o que está criando fortes conflitos ao interior mesmo da União Européia. “A medida que as necessidades e interesses dos países ricos e dos em desenvolvimento começavam a divergir, o G20 e outras instituições internacionais perderam o sentido de urgência necessário para produzir respostas de política multilaterais coordenadas e coerentes”⁵.

Cada um dos países do G20 joga agora defendendo seus próprios interesses e evidentemente isto não facilita acordos que cada vez mais mostram não só as contradições de interesses como também o multilateralismo agindo no cenário internacional.

Assim, o G20 pode ter mudado “de uma instituição internacional modestamente eficaz para uma arena de conflitos ativos”⁶

⁴ Perspectivas: A reforma financeira norte-americana: a Lei Dodd/Frank. Anbima. Fev 2011.

⁵ “O Mundo G-Zero”. Bremmer, Ian e Roubini Nouriel. Artigo Jornal *Estado de São Paulo*. 5/2/2011.

⁶ Idem anterior

O PAPEL DO BRASIL NO G20

BRASIL E AMERICA LATINA

Quando o G8 foi ampliado para formar o G20, três países de América Latina – Argentina, Brasil e México – foram convidados a participar, pois são as maiores economias do continente e fundamentalmente por isso seria importante sua participação neste seleto “clube”.

Entretanto os três países não mostram até o presente uma participação coordenada nem uma visão em comum, já que Argentina e Brasil têm seguido caminho econômico muito diferente do México na última década, o que dificulta as aproximações. De fato, “o México celebrou 44 acordos de livre comércio, a começar pelo NAFTA com EUA e Canadá, enquanto que o Brasil e a Argentina praticamente não assinaram acordos de liberalização comercial”⁷. Assim, a forma de encarar a participação é muito diferente a partir de situações econômicas internas bastante distantes, que nesta última década no caso dos países da América do Sul tem significado um distanciamento das principais políticas neoliberais e das condicionalidades das instituições financeiras multilaterais, em especial do FMI, a partir dos governos caracterizados como de esquerdas ou progressistas, e que no caso de México tem significado a convergência com EUA e o aprofundamento das políticas neoliberais.

BRASIL E A INTEGRAÇÃO REGIONAL

De outro lado, é importante mencionar que os países de América do Sul têm procurado construir um processo de integração regional a partir da criação da UNASUL⁸ que permita uma inserção fortalecida nos âmbitos globais, e neste sentido o convite para Argentina e especialmente Brasil participar do G20 pode ter resultado num freio na agenda da integração. Desde a entrada de ambos os países nesse espaço de poder global, seu esforço no sentido

⁷ Rodriguez, Graciela “A participação da América Latina no G20”. Boletim Heinrich Boll Stiftung, Junho 2011.

⁸ Unasul: iniciativa de integração política entre os 11 países da América do Sul com o objetivo de fortalecer o conjunto político e o mercado regional na perspectiva de uma presença fortalecida no cenário da globalização.



pouco interessados em que sejam reforçadas as chamadas alianças Sul/ Sul entre os países em desenvolvimento.

BRASIL E SUA ATUAÇÃO

Em termos da intervenção concreta do Brasil ao interior do G20, ela vem enfatizando a necessidade de uma regulação financeira coordenada internacionalmente, e o aumento de poder e participação dos emergentes nos âmbitos da governança global e nas instituições financeiras internacionais, especialmente o FMI. Por sua vez, como a crise atingiu o Brasil principalmente através do setor externo, “inicialmente sua maior preocupação e atuação no âmbito do G-20 se deu no sentido da facilitação do acesso ao crédito comercial, ao ataque às medidas protecionistas e seus riscos e ainda, no plano das relações internacionais, a retomada e conclusão da Rodada Doha de negociações da OMC¹⁰”

De acordo com discussão realizada no escritório da CEPAL em Brasília em novembro de 2009 e transcrita na página da CEPAL na Internet¹¹, a agenda do Brasil em relação ao G-20 poderia ser assim definida: “A agenda do Brasil no G-20 pode ser definida como de defesa de uma ‘globalização inclusiva’, significando com isso o reconhecimento da inclusão social como condição

⁹ BRICS processo que junta Brasil, Rússia, Índia e China.

¹⁰ Mineiro, Adhemar. “O Brasil e o G20 Financeiro”. Oxfam. 2011.

¹¹ http://www.eclac.org/brasil/noticias/paginas/2/38422/O_Debate_sobre_o_Brasil_e_o_G-20.pdf

necessária para a sustentabilidade do sistema. Inclusão também, vale dizer, dos países emergentes e em desenvolvimento nos processos decisórios internacionais. Como indicador dessa posição o Brasil chegou mesmo a propor que se criasse no G-20 uma cadeira permanente de representação do G-24 (integrado por países em desenvolvimento e presidido pelo Brasil em 2010), para tornar explícita a preocupação com a dimensão do desenvolvimento nas decisões globais.”

Por se tratar de um espaço global que toma definições financeiras e econômicas que impactam e impactarão cada dia mais não só o Brasil como todos os países do mundo, resulta imprescindível que os movimentos sociais brasileiros prestemos atenção aos debates que estão sendo realizados no G20 e busquemos incidir sobre as propostas que leva o governo brasileiro, instando-o inclusive a buscar uma participação que aglutine e faça eco das propostas dos países da região em seu conjunto.



AGRICULTURA E SOBERANIA ALIMENTAR

Em 2011, durante a presidência francesa, outro importante tema tem surgido na agenda do G20, o tema da Agricultura, a partir da atual e crítica situação de elevação do preço dos alimentos devido ao crescimento excessivo da especulação no mercado de commodities¹².

Realmente, este é um tema da maior importância diante da crise alimentar que vive o planeta, aonde os agricultores vêm sendo expulsos das suas terras, e a agricultura tem se tornado um negócio de grandes transnacionais que controlam o pacote tecnológico completo do atual sistema mundial de alimentos (sementes, agrotóxicos, fertilizantes, e também petróleo como energia ou matéria prima de muitos insumos, etc.). Uma agricultura financeirizada que tem contribuído a concentração massiva de terras e agora a um processo crescente e assustador de internacionalização ou estrangeirização das terras. Cada dia mais, a soberania alimentar dos povos, como aspecto estratégico da segurança dos países, se vê ligada a segurança energética e ameaçada justamente por esta dependência do petróleo e outras formas da energia, e também pelo acaparamento de terras.

O extraordinário aumento do preço dos alimentos em nível internacional em 2007, que evidenciou a crise alimentar, não foi controlado e pelo contrário, os aumentos desmedidos voltaram com força em finais de 2010, como parte da crise financeira e do interesse crescente dos capitais que se voltaram para a especulação no mercado de commodities.

Sabendo também que a volatilidade e aumento dos preços dos alimentos têm levado milhões de pessoas à situação de insegurança alimentar e nutricional e de pobreza, dificultando o direito de acesso aos alimentos e limitando a capacidade de atender a outras necessidades essenciais e propor compromissos concretos para combater a mesma, enfatizamos a necessidade de responsabilidade e compromisso com a busca de soluções internacionais a crise dos alimentos. Assim, vemos a importância de promover políticas agrícolas de desenvolvimento, em particular políticas de abastecimento e de estoques, programas de fortalecimento da agricultura familiar e agroecológica e a produção sustentável de alimentos.¹³

¹² Commodities: assim são chamadas as matérias primas que são comercializadas no mercado internacional sendo ali negociados seus preços, inclusive em negociações a futuro que especulam com as possibilidades dos preços

¹³ Documento apresentado pela REBRIP ao MRE (Ministério de Relações Exteriores) em ocasião da realização de Reunião de Ministros de Agricultura do G20 em Maio de 2011.

Soberania alimentar

O conceito de soberania alimentar foi desenvolvido pela Via Campesina e colocado no debate público na Cúpula Mundial da Alimentação em 1996, como alternativa às políticas neoliberais. A soberania alimentar é o direito dos Povos, seus Países ou Uniões de Estados a definir sua política agrária y alimentar, sem dumping frente a terceiros países, e inclui a produção local de alimentos e o direito de campesinas e campesinos de definição da produção e das políticas agrícolas sustentáveis e também os direitos dos consumidores a decidir o que consumir

Ao mesmo tempo, reconhecendo os impactos da excessiva especulação no mercado de commodities na escalada dos preços dos alimentos, entendemos que resulta urgente promover mecanismos de transparência e de regulação dos mercados derivativos de commodities, especialmente agrícolas, bem como impor limites à proporção que um indivíduo ou grupo pode controlar do mercado. Atualmente cinco grandes corporações controlam quase 80% do mercado global de alimentos.

Também é necessário lutar pelo fortalecimento e estímulo a políticas nacionais de estoques de alimentos para garantir a estabilidade dos preços e a segurança alimentar e nutricional, com o compromisso da aquisição de alimentos da agricultura familiar e transparência dos estoques públicos e privados.

SOBERANIA ALIMENTAR REGIONAL

Diante das propostas dos países ricos do G20 em torno ao controle da agricultura dos países do Sul, acreditamos que devemos defender propostas alternativas que tenham efetivamente a preocupação com a soberania alimentar dos povos.

Sabemos que uma mudança no insustentável modelo produtivo centrado no agronegócio de monoculturas extensivas de exportação, somente poderá ser realizada a partir de um processo de integração regional que troque as atuais cadeias produtivas que colocam aos países da região competindo no mercado internacional com os mesmos produtos, por cadeias complementarias que sejam capazes de garantir a soberania alimentaria no âmbito regional.

Neste sentido, do ponto de vista dos povos da região, resulta possível e necessário propor no âmbito de UNASUL, alternativas que busquem a garantia de uma soberania alimentaria regional, se apresentam como caminhos para superar as graves conseqüências ambientais e sociais que provoca o agronegócio e ao mesmo tempo uma forma de valorizar a agricultura familiar que fortalecida e ampliada possa dar conta da produção de alimentos em quantidade e qualidade das necessidades da região.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O G20: PRÓXIMOS PASSOS

Estas notas pretendem ser uma contribuição inicial que permita aos movimentos sociais brasileiros encarar o debate e acompanhamento necessário das negociações no G20 - onde o Brasil tem se tornado um membro importante. Porém as decisões que aí são tomadas afetam não só o Brasil como o conjunto de países do mundo, e neste sentido a importância de acompanhar junto aos movimentos sociais do mundo inteiro as reuniões e suas agendas.

Nos últimos anos, e especialmente a partir de 1999 na reunião da OMC realizada em Seattle nos EUA, as organizações sociais chamadas por muitos de altermundialistas viemos criticando a globalização neoliberal e denunciando seus impactos perversos. Toca agora acompanhar o G20 pelo estratégico de suas decisões, buscando parar sua agenda neoliberal e ao mesmo tempo forçando mudanças multilaterais para alcançarmos um mundo mais justo, equitativo e sustentável.

Em 2011, o G20 teve a presidência Francesa, em 2012 essa presidência rotativa será exercida pelo México, e pela Rússia em 2013.

Vamos acompanhar todas as cúpulas, intervir nos debates e parar as definições contrárias aos interesses dos povos do mundo tomadas pelo G20

CRÉDITOS

Redação e coordenação

Graciela Rodriguez

Colaboração

Adhemar Mineiro

Projeto gráfico e diagramação

Letraeimagem

Realização



Apoio



FORD FOUNDATION

Agradecimento

